

A inclusão de alunos com transtorno do espectro autista (TEA) no Ensino Técnico: um estudo de caso no curso técnico em eletrotécnica, IF Sudeste MG - câmpus Juiz de Fora

Maria José Batista¹, Leonardo F. Barbosa¹

¹ Instituto Federal Sudeste MG - câmpus Juiz de Fora

RESUMO

O presente estudo trata da temática da inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na (EPT). Foi proposto um estudo de caso no curso Técnico Concomitante em Eletrotécnica à luz dos discursos dos professores, coordenador do curso, estudantes, estudante com TEA e seus responsáveis, de modo a analisar as barreiras e possibilidades da inclusão na EPT. O motivo para a realização desta pesquisa deve-se ao fato de ser de grande importância que se ofereça a todos, esclarecimentos sobre o tema para que possam aprimorar as práticas educativas, no âmbito da EPT, para que as diferenças existentes desses alunos, e não somente deles, sejam contempladas. A pesquisa possui caráter qualitativo. A análise dos dados seguiu a técnica de análise de conteúdo. O trabalho de campo empreendido possibilitou a identificação de barreiras e possibilidades da instituição para o exercício da educação inclusiva. A partir dos discursos e da análise foram identificadas barreiras, como a capacitação, apropriação de documentos institucionais e legislação, ausência de diálogo entre servidores e com a família do estudante com TEA. Os desafios da inclusão são contínuos e o diálogo, bem como a ação de todos é que irão contribuir para que tenhamos um ensino para todos.

Palavras-Chave: Autismo, Educação Inclusiva, Educação Profissional e Tecnológica.

ABSTRACT

This study deals with the theme of the inclusion of students with Autistic Spectrum Disorder (ASD) in (EPT). A case study was proposed in the Concomitant Technician course in Electrotechnics in light of the speeches of teachers, course coordinator, students, student with ASD and their guardians, in order to analyze the barriers and possibilities of inclusion in EPT. The reason for this research is due to the fact that it is of great importance to offer everyone clarification on the subject so that they can improve educational practices within the EPT, so that the existing differences of these students, and not only of them, are contemplated. The research has a qualitative character. Data analysis followed the content analysis technique. The fieldwork undertaken enabled the identification of barriers and possibilities of the institution for the exercise of inclusive education. From the speeches and the analysis, barriers were identified, such as training, appropriation of institutional documents and legislation, lack of dialogue between servers and with the family of the student with ASD. The challenges of inclusion are continuous and the dialogue, as well as the action of everyone, will contribute so that we have a teaching for all.

Key words: Autism, Inclusive Education, Professional and Technological Education.

1. Introdução

A escola tem papel preponderante na formação do cidadão para o mundo do trabalho. Mais do que isso, ela é responsável pela formação do indivíduo, enquanto sujeito transformador do pensar, do agir de forma ética e preocupado com as questões de sustentabilidade e benefício coletivo. Nesse sentido, todos devem ter direito a uma educação de qualidade e que leve em conta as especificidades de cada sujeito. Por isso, quando se fala em educação para todos, deve-se sempre ter em conta a inclusão escolar.

Numa escola inclusiva,

(...) todos os estudantes deveriam aprender juntos, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que possam ter. As escolas inclusivas devem identificar e adaptar-se às diversas necessidades de seus estudantes, independente dos ritmos de aprendizagem, o importante é assegurar a todos uma educação de qualidade (UNESCO, 1994, p.5).

Segundo Mantoan (2003), a inclusão escolar, significa ter todas as pessoas inseridas no ensino regular, independentemente de sua etnia, religião, gênero, classe social, dificuldades motoras e/ou intelectuais, cabendo à escola adaptar-se para atender às necessidades de todos.

Para que seja possível realizar uma educação inclusiva, faz-se necessário conhecer e entender as dificuldades pelas quais os estudantes perpassam. Estas dificuldades que excluem estão relacionadas a diversos aspectos, dentre os quais estão os transtornos mentais. O autismo, descrito no DSM-V - Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais, é um deles, sendo considerado como um transtorno do neurodesenvolvimento. Engloba a Síndrome de Asperger e abarca diversas dificuldades do desenvolvimento humano, recebendo assim o termo TEA – Transtorno do Espectro Autista (DSM-V, 2014).

Segundo a APA - Associação Psiquiátrica Americana (2014), além dos prejuízos no comportamento com padrões restritos e repetitivos, a pessoa com autismo apresenta déficits persistentes na interação e na comunicação social. O TEA em meninos é mais comum, com a proporção de quase cinco meninos afetados para cada menina.

De acordo com DSM-V (2014), as dificuldades podem se manifestar de diversas formas, com intensidades que transitam de leve a grave. A gravidade pode variar de acordo com o tipo de apoio necessário: o nível I refere-se à necessidade de “apoio muito substancial”, o nível II diz respeito à “exigência de apoio substancial” e, por fim, o nível III concerne a “exigindo apoio” (APA, 2014).

Conforme os dados disponibilizados pelo Centro de Controle e Prevenção de Doenças (*Center of Diseases Control and Prevention / CDC*), órgão ligado ao governo dos Estados Unidos, existe um caso de autismo a cada 54 crianças. E ainda, o autismo é encontrado em todos os grupos étnico-raciais e socioeconômicos. No Brasil, não há dados oficiais sobre a prevalência do autismo, mas estima-se que aproximadamente dois milhões de pessoas podem ser incluídas nesse diagnóstico (FADDA; CURY, 2016).

Em consonância com o paradigma da Educação Inclusiva, a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com TEA assegura que os alunos que possuem o transtorno sejam matriculados nas escolas regulares (BRASIL, 2008; MEC/SECADI, 2008).

Isto posto, verifica-se que os IFs - Institutos Federais tem como missão:

(...) promover educação básica, profissional e superior, pública, de caráter científico, técnico e tecnológico, inclusiva e de qualidade, por meio da articulação entre ensino, pesquisa e extensão, visando à formação integral e contribuindo para o desenvolvimento e sustentabilidade regional (IF SUDESTE MG, 2014, p.19).

Logo, precisam estar preparados para uma educação que atenda a todos, respeitando suas diferenças. São necessárias, portanto, práticas pedagógicas que atendam as especificidades, não só dos estudantes público-alvo da Educação Especial, mas de toda a comunidade escolar.

Autores como Glat (2007) e Sampaio (2009) indicam que nas licenciaturas os professores adquirem conhecimento muito superficial de como trabalhar com o público-alvo da Educação Especial. Isso pode provocar nesses profissionais atitudes negativas ante aos estudantes com deficiência por duas razões: falta de informações apropriadas e falta de contato com estudantes com deficiência.

Diante desta perspectiva surge então a questão problema deste estudo: quais são as barreiras e as possibilidades da inclusão dos alunos com TEA no Ensino Técnico Concomitante em Eletrotécnica do IF Sudeste MG, *campus* Juiz de Fora?

A pesquisa se justifica pelo fato de ser de grande importância a obtenção de esclarecimentos sobre o tema, no que diz respeito à legislação, documentos institucionais e discurso dos sujeitos, que possam auxiliar nas estratégias para uma Educação Inclusiva efetiva. Dessa forma, a partir das indagações mencionadas, desenvolvemos um estudo com o objetivo geral de investigar, a partir de um estudo de caso, as barreiras e as possibilidades da inclusão dos alunos com Transtorno do Espectro Autista no Ensino Técnico, a partir dos discursos dos professores, do coordenador do curso, dos estudantes, incluindo o estudante com TEA e de seu responsável.

Para alcançar esse objetivo geral foram traçados os seguintes objetivos específicos:

- Realizar análise documental sobre os processos e ações para a inclusão dos estudantes com TEA no IF Sudeste MG *campus* Juiz de Fora;
- Compreender, a partir dos discursos dos docentes, do coordenador, dos discentes, inclusive do estudante com TEA e dos pais responsáveis por esse aluno com TEA, como ocorre o processo de inclusão dos estudantes com TEA no instituto;
- Analisar as barreiras e possibilidades da inclusão de alunos com TEA;
- Produzir, aplicar e avaliar um produto educacional sobre TEA voltado para os professores do IF Sudeste MG.

2. Metodologia

A pesquisa teve um caráter qualitativo, por ter sido um estudo do fenômeno em seu acontecer natural, uma vez que enfatizou os aspectos subjetivos do comportamento humano, o mundo do sujeito, suas experiências cotidianas, suas interações sociais e os significados que deu a essas experiências e interações. Pode também ser considerada interacionista simbólica, porque tomou como pressuposto a experiência humana que é

mediada pela interpretação, a qual não se dá de forma autônoma, mas na medida em que o indivíduo interage com outro (LUDKE; ANDRÉ, 1986).

Foi realizado um estudo de caso, de modo intensivo, considerando a compreensão, como um todo, do assunto investigado. O direcionamento desse método deu-se com a obtenção de uma descrição e compreensão completa das relações dos fatores em cada caso (FACHIN, 2005).

A pesquisa de campo aconteceu no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais - *campus* Juiz de Fora, no curso técnico concomitante em Eletrotécnica, turno noturno, cuja turma apresentava um estudante matriculado diagnosticado com autismo.

Foram realizadas entrevistas individuais com quatro professores da área técnica, incluindo o coordenador do curso e com um responsável pelo aluno com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

Todos os momentos foram gravados em áudio e transcritos para compor o conteúdo do corpus textual unificado, conforme indicação do software IRAMUTEQ¹. A identificação na análise dos dados e a identidade das informantes foram salvaguardadas, ao passo que o conteúdo coletado foi devidamente autorizado para uso mediante assinatura de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Em momento posterior a coleta, os dados previamente gravados em áudio foram transcritos e interpretados por meio do método de análise de conteúdo (BARDIN, 2011).

Outro método utilizado durante a pesquisa de campo foi aplicação de um questionário para os estudantes da turma do aluno com TEA. Esse foi redigido em forma de perguntas fechadas e uma última aberta, para proporcionar a eles maior liberdade para respondê-la. De um total de vinte estudantes matriculados na turma, doze estavam presentes no momento da aplicação e responderam as questões da pesquisa.

Através das primeiras perguntas, que referiam-se a questões pessoais, verificou-se que a turma apresentava estudantes com faixa etária de 19 a 26 anos em sua maioria, tendo um com mais de 40 anos. Dos participantes, onze eram do sexo masculino e uma do sexo feminino.

Dentre as questões iniciais apresentadas estava a pergunta: ‘Você têm conhecimento sobre a Inclusão Escolar?’. Os estudantes, em sua maioria, responderam que têm conhecimento ou muito conhecimento acerca da Inclusão Escolar. Esse resultado pode estar relacionado aos estudantes estarem cursando o último semestre do curso. Nesse caso já existia um convívio com o estudante com TEA há mais tempo e um percurso dentro da instituição, cuja missão é a formação humana e integral dos estudantes, demonstrando que a instituição tem cumprido seu papel sob esse aspecto. Ademais, a formação do estudante está além de uma formação técnica para a atuação no mundo do trabalho, ela compreende as transformações sociais e coletivas voltadas para construção de uma sociedade justa e igualitária (MOURA, 2007).

Os dados coletados através das entrevistas foram analisados com o auxílio do programa IRAMUTEQ, por meio da análise textual, amparando-se em referenciais da abordagem processual das representações sociais, bem como referenciais teóricos sobre

¹IRAMUTEQ - Interface R para análises multidimensionais de textos e questionários. Disponível em: <http://www.iramuteq.org/documentation/fichiers/manual-do-aplicativo-iramuteq-par-maria-elisabeth-salviati>

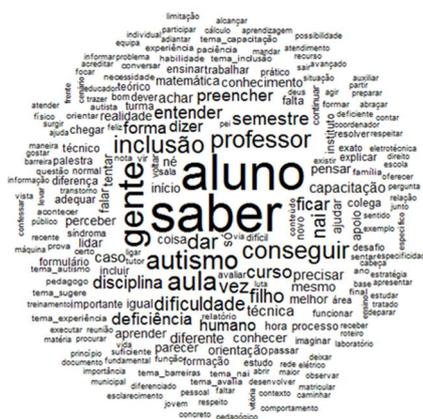
Educação Inclusiva. A partir da análise textual foi possível utilizá-la com a finalidade relacional, comparando produções diferentes em função de variáveis específicas que descrevem quem produziu o texto. O IRAMUTEQ é um software gratuito, com fonte aberta, que possibilita a realização de análises estatísticas sobre corpus textuais e sobre quadros indivíduos/palavras (CAMARGO; JUSTO, 2013).

Os dados coletados nos questionários foram inseridos em planilhas eletrônicas do programa Excel, onde foram realizadas as primeiras análises dos dados. Neste programa foi possível obter tabelas de respostas e até mesmo gráficos, a partir da inserção de dados e da seleção dos parâmetros para as análises. Foi possível realizar análises de correlação e covariação, o que sempre será possível quando presentes pelo menos duas variáveis de medida.

3. Resultados e discussão

Uma nuvem de palavras foi gerada a partir da análise dos dados da pesquisa pela Classificação Hierárquica Descendente (CHD), por meio do software IRAMUTEQ. As palavras que tiveram maior destaque foram: aluno, saber, inclusão, professor, autismo, conseguir, aula, gente, dificuldade, entender, preencher.

Figura 01. Nuvem de Palavras geradas a partir da análise do discurso dos participantes da pesquisa pela Classificação Hierárquica Descendente (CHD) a partir de análise com o software Iramuteq.



Fonte: Software IRAMUTEQ, dados da pesquisa (2020).

Após as etapas de processamento, foram interpretados os sentidos das palavras nos discursos dos profissionais. A palavra ‘saber’ esteve no discurso do responsável pelo aluno com TEA, de modo a indicar que não conhecia os professores que ensinariam seu filho na instituição.

[...] sinto falta de saber quem são os professores do meu filho, as reuniões sempre são com a coordenadora do NAI, nunca sentei com os professores para conversar sobre o meu filho (LUIZA).

Por outro lado, os professores utilizaram a palavra ‘saber’ em seus discursos, por desconhecer o TEA e como lidariam com a adequação das suas aulas, de forma que os alunos aprendessem independente das dificuldades: “... a gente fica meio sem saber o que fazer, igual eu te falei eu não conheço bem essa síndrome ...(Mateus)” e “Quando fiquei sabendo que ia ter um aluno com Autismo, dá uma impacto, de saber como adequar a nossa disciplina da área técnica (João)”.

O discurso da responsável pelo estudante contrasta com o dos professores, de modo que muitas das dificuldades dos professores poderiam ser dirimidas com o diálogo junto à família do estudante. Assim como o conhecimento sobre o tema passa também pela ‘capacitação’, que é outra palavra que está nos discursos, mas com menos frequência que o ‘saber’. A deficiência na capacitação de professores, sobretudo para o tema inclusão, é algo tido como uma lacuna na sua formação inicial (SILVA *et al.*, 2016). Mas, essa lacuna pode ser preenchida por ações institucionais que visem suprir essas e outras carências.

Por isso, o Núcleo de Ação Inclusiva², que também está presente no discurso dos participantes da pesquisa como ‘NAI’, tem papel importante em intermediar o diálogo entre professor, aluno e família; e em promover atividades que possam capacitar os servidores nos temas ligados à inclusão de forma abrangente e específica. De acordo com Mantoan (2003), a metodologia utilizada tem que se adequar as diferentes formas de aprendizagens, independentemente de ser um aluno deficiente ou não, sem discriminar, sem trabalhar à parte com alguns alunos, sem estabelecer regras específicas para se planejar, para aprender, para avaliar (currículos, atividades, avaliação da aprendizagem para alunos com deficiência e com necessidades educacionais especiais).

Cabe destacar que no discurso da família o papel do NAI já é destacado.

A coordenadora do NAI é a pessoa que mais apoia meu filho, ela sempre entra em contato comigo, tudo que meu filho precisa ele tem a liberdade de ir no NAI e pedir ajuda. (LUIZA).

O NAI é um setor de atendimento que atua junto aos docentes, discentes e toda comunidade escolar, buscando meios e recursos para dar suporte ao processo de ensino/aprendizagem do público-alvo da Educação Especial na perspectiva inclusiva (estudantes com deficiência, Transtorno Global do Desenvolvimento (TGD) e Altas Habilidades / Superdotação). Desenvolve também um trabalho de articulação entre os mais diversos setores que compõem a instituição em prol da oferta de uma educação que prime pelo viés inclusivo, buscando sempre uma igualdade que reconheça as diferenças e uma diferença que não produza, alimente ou reproduza as desigualdades (IFSUDESTE MG, 2021).

Outra palavra presente no discurso dos participantes é ‘preencher’.

Não tive capacitação sobre o Autismo não, tivemos no início do curso reuniões e palestras e documentos para preencher. (PAULO).

Não tive capacitação, do NAI só chega alguns relatórios para preencher, mas nada assim muito concreto, no início do semestre houve algumas palestras sobre inclusão, sobre atendimento individualizado, algumas obrigações que a gente tem que fazer, como relatórios para preencher, esse tal de PEI que eu não conheço e nem entendo qual é o objetivo desse documento que só chega para a gente no final do semestre, mas nunca um treinamento ou assim vamos simular um caso que possa acontecer ou um estudo de caso (JOÃO).

²Núcleo de Ações Inclusivas (NAI) é um setor de atendimento que atua junto aos docentes, discentes e toda comunidade escolar, buscando meios e recursos para dar suporte ao processo de ensino/aprendizagem do público-alvo da inclusão e/ou da educação especial na perspectiva inclusiva, lutando por acessibilidade e pela quebra das barreiras metodológicas, atitudinais, arquitetônicas, comunicacionais, programáticas, sociais, entre outras.

Durante o acompanhamento do aluno com Necessidades Educacionais Especiais (NEE)³ é feito pelo NAI um Plano Educacional Individualizado (PEI)⁴, preenchido pelos servidores do NAI em colaboração com os professores do estudante. Este documento demanda também informações sobre o cotidiano do aluno, fazendo com que a participação dos pais do estudante seja de grande relevância. A participação de diferentes sujeitos faz parte da elaboração e implementação do PEI, o que deve ocorrer também nas diferentes etapas do ensino e aprendizagem do estudante, de modo a subsidiar a análise e tomada de decisões (BARBOSA, 2019).

Nesse sentido, o PEI se constitui num instrumento que norteará as ações institucionais no que diz respeito ao acompanhamento pedagógico, dando uma resposta mais adequada as NEE dos estudantes (OLIVEIRA, 2017).

As pessoas possuem tempos e modos de aprendizagem diferentes umas das outras. É comumente observado nas classes regulares que alguns estudantes apresentam dificuldades de aprendizagem diante do currículo padronizado, planejado para uma classe homogênea. O PEI pode identificar as dificuldades na aprendizagem, as potencialidades e capacidades do estudante, de modo que ele desenvolva seus conhecimentos (BARBOSA, 2019).

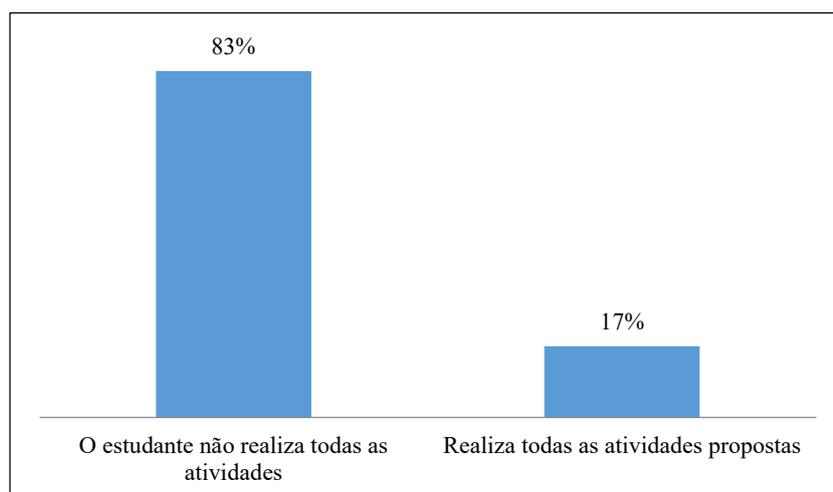
Por isso, o preenchimento de documentos como o PEI se torna uma burocracia necessária, mesmo que as vezes haja um desconhecimento do que é e para que o PEI é utilizado. Então, cabe um esforço da instituição no sentido de apresentar, discutir e sensibilizar os envolvidos. Estes, por sua vez, podem questionar, conhecer melhor e discutir acerca da necessidade, objetivo, elaboração e aplicação desse documento, para que isso não seja visto como uma barreira, e sim como possibilidade.

Seguindo o roteiro proposto para pesquisa, no olhar dos estudantes, é possível verificar que estes, em sua maioria observaram dificuldades na realização de atividades pelo estudante com NEE (Gráfico 1).

³Necessidades Educacionais Especiais (NEE) esse termo é aplicado a todas aquelas crianças, jovens ou adultos cujas necessidades educacionais especiais se originam em função de deficiências ou dificuldades de aprendizagem

⁴Plano Educacional Individualizado (PEI) é uma ferramenta que viabiliza a inclusão dos estudantes com Necessidades Educacionais Especiais (NEE). Ele norteia os trabalhos de atendimento aos estudantes levando em conta as necessidades individuais dos sujeitos, tendo metas diferenciadas de acordo com as especificidades de cada educando.

Gráfico 1 – Visão dos estudantes sobre convívio e realização de atividades pelo aluno NEE



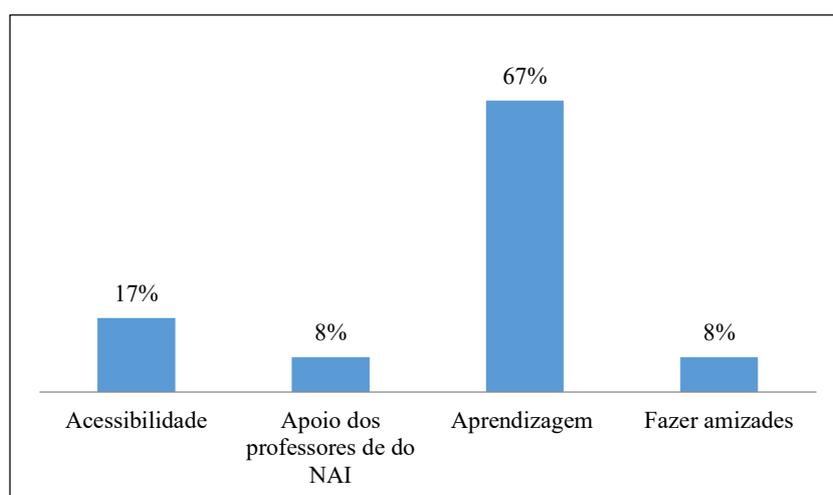
Fonte: Elaborado pela autora (2020)

Esse olhar da turma é importante, no sentido de sensibilizar para que exista cooperação e o olhar para o outro. A formação humana e integral passa por isso e um próximo passo nessa relação seria o apoio da turma diante dessas dificuldades observadas.

Esse dado demonstra também outro fator relacionado à expectativa do estudante de que todos acompanhem ou estejam num mesmo ritmo de aprendizagem. Na formação, partindo do pressuposto de que todos temos o nosso tempo e as nossas diferenças, o aprendizado pode acontecer em ritmos distintos, de aluno para aluno. No caso do estudante com NEE, isso pode ser mais perceptível, dadas as condições inerentes ao TEA (PLETSCH, 2014).

A partir desse olhar e diante das dificuldades observadas, os colegas da turma evidenciaram como principais barreiras para com o aluno com TEA: aprendizagem 67%, acessibilidade 17%, apoio dos professores e do NAI 8% e fazer amizades 8% (Gráfico 2).

Gráfico 2 – Opinião dos estudantes em relação às barreiras existentes no curso

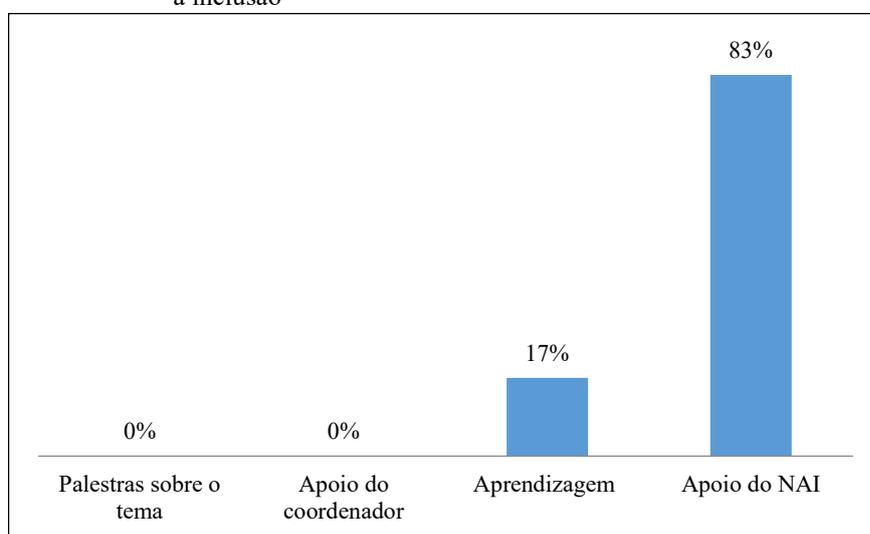


Fonte: Elaborado pela autora (2020)

A aprendizagem preocupa e deve ser objeto de diagnóstico, tanto do professor, como do NAI, para que haja uma intervenção no sentido de que essa dificuldade seja amenizada. Isso faz parte do trabalho de inclusão. Ademais, o tema acessibilidade, discutido anteriormente, é uma barreira do *campus*, que foi diagnosticada na análise documental e na percepção dos estudantes.

Além das questões relacionadas ao apoio dos professores e do NAI (Gráfico 3), as amizades foram apontadas também pelos colegas de turma do estudante com TEA e são questões às quais a instituição deve trabalhar, a partir da capacitação de servidores com atividades que abordem temas ligados a inclusão. É importante ampliar os investimentos pedagógicos para maximizar os potenciais de aprendizagem desses alunos, tendo o cuidado para não os rotular e nem os deixar à margem dos processos educativos (PLETSCH; GLAT, 2012).

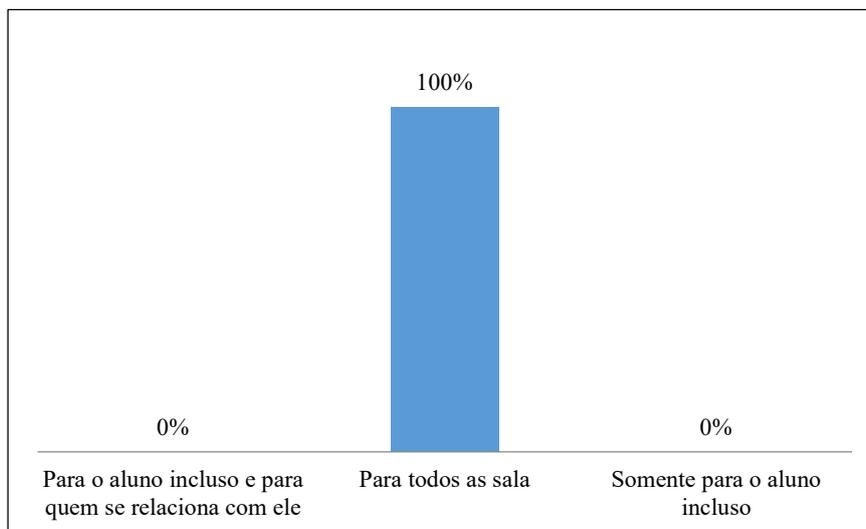
Gráfico 3 – Opinião dos estudantes quanto às circunstâncias que favorecem a inclusão



Fonte: Elaborado pela autora (2020)

Além do NAI, o tema capacitação retorna nesse questionamento, tendo em vista que os estudantes reconhecem a importância da preparação de professores no tema inclusão. Todos os estudantes que participaram da pesquisa indicaram que a inclusão traz benefícios para todos, alunos, servidores, instituição e sociedade (Gráfico 4).

Gráfico 4 – Opinião dos estudantes sobre quem beneficia com a Inclusão Escolar



Fonte: Elaborado pela autora (2020)

Então, a participação da turma de Eletrotécnica do IF Sudeste MG, *campus* Juiz de Fora nessa pesquisa, reforça o quanto a inclusão deve ser praticada nas instituições de ensino e que essa questão vai além de uma responsabilidade institucional. É uma questão de cidadania, de formação humana integral e omnilateral⁵.

Segundo Staub e Peck (1995), estudar em ambientes que valorizam a diversidade, em que estão juntos estudantes com e sem deficiência, pode ter efeitos positivos nas atitudes e nas crenças sociais de alunos sem deficiência, trazendo-lhes benefícios da inclusão como: redução do medo das diferenças humanas acompanhada por um maior conforto e consciência (menos medo de pessoas com aparência ou comportamento diferentes), crescimento da cognição social (aumento da receptividade aos outros, comunicação mais eficaz com todos os colegas), melhorias no autoconceito (aumento da autoestima, do status percebido e da sensação de pertencimento), desenvolvimento de princípios morais e éticos pessoais (menos preconceito, maior capacidade de responder às necessidades dos outros) e amizades carinhosas.

Havia um espaço no final do questionário onde os alunos respondentes poderiam sugerir algo que poderia ser criado ou implementado, com objetivo de obtenção de melhoria para a inclusão de alunos com deficiência. Todos os estudantes deram suas sugestões, dentre as quais se destacam:

Sugiro que tenham atividades mais inclusivas para estes alunos, práticas que possam aprimorar o entendimento e conhecimento. Profissional mais capacitado que tenha uma forma de lecionar de maneira a melhorar a experiência deste aluno. Palestras que possam melhorar o entendimento de todos, sobre a inclusão de alunos com deficiência (ESTUDANTE 1, 19 anos).

Maior preparo dos professores, ao meu ver todos são preparados. Maior participação do NAI nas aulas, geralmente eles nem sabem o que o aluno está estudando e sua real dificuldade. E mais apoio e compreensão dos colegas,

⁵ A omnilateralidade propõe a formação de um sujeito que seja capaz de viver em sociedade mediante à diversidade humana e os diversos embates que terá que enfrentar no seu dia-a-dia (RAMOS, 2005).

prepará-los para que não haja preconceito e discriminação (ESTUDANTE 2, 22 anos).

Infelizmente tem muitas pessoas preconceituosas em todo local. A maioria das pessoas não conhece a deficiência do cidadão e por isso acaba julgando, esnobando entre outras coisas. Só quando a pessoa começa a saber sobre a deficiência, que se envolve no assunto é tem mais respeito e assim acaba fazendo a sua inclusão. Com isso acho que uma divulgação, passando mais conhecimento às pessoas seria de grande vantagem. Através do conhecimento tem mais respeito, carinho, afeto e outras coisas para a inclusão social do mesmo (ESTUDANTE 3, 24 anos).

No início do curso, aparentemente, poucos professores e nenhum dos alunos sabia que tinha um aluno com essa deficiência e alguns professores e colegas de sala demoraram para acostumar com a forma e o jeito de lidar com ele. Acho que se essa informação sobre o entendimento de como é essa deficiência fosse passada de forma mais clara, conseguíamos antecipar a ajuda a esse colega (ESTUDANTE 4, 41 anos).

4. Produto educacional

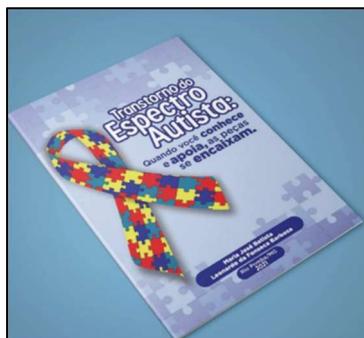
Os resultados da pesquisa apontaram para problemas ligados a falta de informação e conhecimento da legislação, de documentos institucionais e da prática pedagógicas de ensino, sobretudo aquelas que possibilitam a participação dos estudantes, independentemente da sua condição. Dessa maneira, o produto educacional⁶ foi construído para ser aplicado na área geradora do problema pesquisado, como um instrumento de reflexão e mudança do contexto.

Trata-se de um conteúdo textual, com informações úteis para orientar a prática pedagógica dos docentes. Tem por objetivo fornecer informações sobre o Transtorno do Espectro Autista para possibilitar que se repensem as concepções de inclusão e para promover reflexões sobre práticas que auxiliem no desenvolvimento da aprendizagem dos estudantes com TEA.

Optou-se por desenvolver a cartilha “Transtorno do Espectro Autista: Quando você conhece e apoia as peças se encaixam”, por esta poder ser um instrumento de sensibilização e conscientização dos professores. No IF Sudeste MG, a utilização da cartilha pode ser feita pela equipe pedagógica, em processos de formação e orientação de docentes e em grupos de estudos, como ponto de partida para aprofundamentos na área. Também pode ser fornecida aos docentes que ingressarem na instituição.

⁶Link do produto: <http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/601194>

Figura 2. Capa do produto educacional



Fonte: Elaborado pela autora

Para melhor informar sobre a inclusão de alunos com TEA, a cartilha apresenta a definição do que é o transtorno, a prevalência, as características mais comuns, estratégias do dia a dia em sala de aula, informações adicionais sobre o tema, breve histórico sobre inclusão escolar, barreiras, documentos institucionais importantes, leis, sugestões de filmes, livros e série, e o depoimento de um professor com TEA.

4.1. Avaliação do produto

A cartilha “Transtorno do Espectro Autista: Quando você conhece e apoia as peças se encaixam” foi avaliada por um comitê *ad hoc* composto por nove servidores da Instituição: seis professores, uma pedagoga e dois técnicos do NAI no IF Sudeste MG, *campus* Juiz de Fora. Realizamos esta escolha pois estes profissionais trabalham ou já trabalharam com o estudante com TEA.

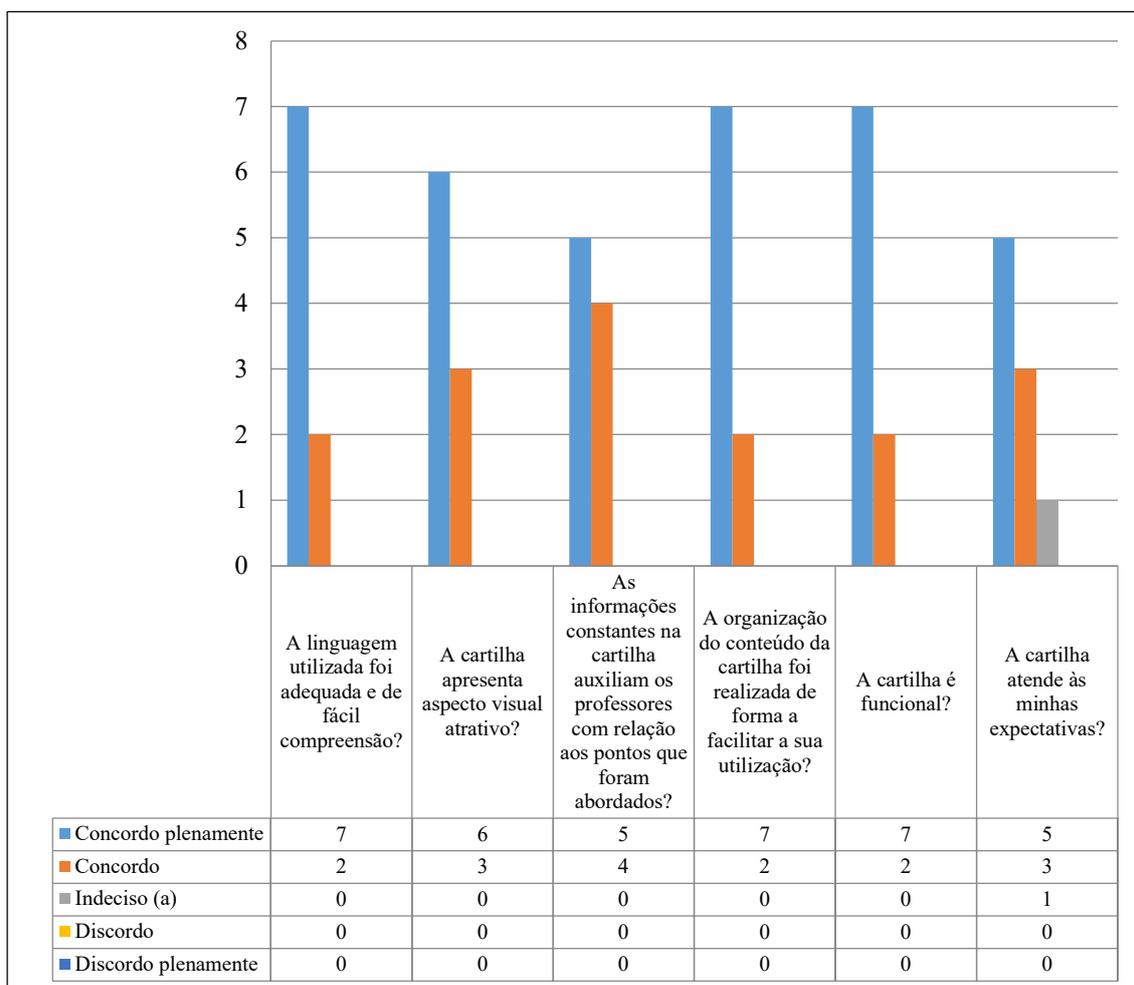
O processo de validação da cartilha teve início com a elaboração de um formulário por meio da ferramenta *Google Forms*. Esta ferramenta proporciona o envio dos questionários por e-mail e permite ao pesquisador acompanhar as respostas em tempo real, além de produzir gráficos e planilhas com os resultados de forma automática.

O cabeçalho do formulário trazia uma apresentação sobre o produto avaliado. Foram elaboradas nove questões, sendo oito questões de múltipla escolha e uma questão aberta para que os avaliadores pudessem dar sugestões para contribuir com a melhoria do produto. Nas seis primeiras questões, avaliou-se a qualidade do produto educacional (cartilha) proposto, no que diz respeito a itens como linguagem utilizada, aspecto visual, organização do conteúdo, funcionalidade e expectativas.

A sétima pergunta questionou se existem, no IF Sudeste MG, processos de formação continuada para os docentes em relação à inclusão escolar. A oitava questão argumentou se os avaliadores acreditavam que esta cartilha poderia ser utilizada como um instrumento norteador de prática pedagógica inclusiva. A última questão foi aberta para sugestões de melhoria da cartilha.

A primeira versão da cartilha foi encaminhada por e-mail para os servidores, juntamente com o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE) e com o formulário de avaliação online no mês de dezembro de 2020, ficando disponível para a avaliação por duas semanas. Neste período, nove servidores (75%) responderam ao formulário.

Gráfico 5– Respostas obtidas nas seis primeiras questões referentes à avaliação do produto educacional



Fonte: Elaborado pela autora

A avaliação da qualidade do produto educacional apresentou resultado positivo por todos os participantes em seis aspectos analisados. Apenas um dos servidores se considerou indeciso em relação à a cartilha atender às expectativas do leitor.

Após estas questões, iniciou-se as considerações a respeito da existência de processos de formação continuada para os docentes em relação à inclusão escolar no IF Sudeste MG. Dos nove participantes, oito deles responderam que não há processos de formação continuada no *campus* e um participante respondeu que há.

Em seguida, a questão a ser respondida foi se a cartilha poderia ser utilizada como um instrumento norteador de prática pedagógica inclusiva. Todos os participantes responderam que sim, afirmando que a cartilha “Transtorno do Espectro Autista: Quando você conhece e apoia as peças se encaixam” é um instrumento que pode ser utilizado para ampliar os conhecimentos dos docentes e funcionários da instituição.

5. Considerações finais

O estudo da inclusão escolar, no que concerne ao aluno com TEA, presente no curso técnico concomitante em Eletrotécnica do IF Sudeste MG, *campus* Juiz de Fora, à

luz da análise documental, da pesquisa de campo e da análise dos dados coletados transparecem que a instituição está aberta à inclusão escolar. Percebeu-se que os professores e a equipe do NAI já vêm realizando um trabalho que visa o acolhimento e desenvolvimento dos alunos público alvo da Educação Especial, contudo ainda existem barreiras que precisam ser eliminadas.

Na análise documental foi possível observar que existem preocupações com a questão da inclusão, já que os documentos analisados dispõem sobre normas, preveem direitos e deveres relativos a esse paradigma. Porém, incluir vai além do que está proposto nos documentos e legislação, sendo necessárias mudanças de atitudes e de pensamentos que criam barreiras ao atender esse público.

Ademais, as capacitações na instituição estão direcionadas para aquelas deficiências visíveis. Aqueles alunos que possuem deficiências que não são perceptíveis, como, por exemplo, hiperatividades, TEA, déficit de atenção, dislexia, etc., podem passar sem um acompanhamento ou por um acompanhamento tardio, ocasionando a evasão escolar.

O PEI, documento individual para acompanhamento e assistência aos estudantes com NEE, é algo que precisa ser mais bem trabalhado entre os setores. Precisa deixar de ser apenas um documento burocrático, passando a ser um instrumento de inclusão, no sentido de que haja o acompanhamento, o registro e o encaminhamento de ações dos diversos setores à especificidade relatada, tanto pelo docente, como pela equipe multidisciplinar que assiste o estudante.

A inclusão no curso do IF Sudeste MG, *campus* Juiz de Fora ocorre de maneira fragmentada, o que fica evidente a partir dos discursos da família, dos professores, do coordenador e dos questionários respondidos pelos estudantes. Diante disso, a existência de barreiras como o conhecimento superficial dos professores sobre o TEA e sobre as normas e regulamentos relacionados à inclusão no âmbito do IF Sudeste MG estão latentes. Outro ponto que pode ser melhorado é o diálogo entre servidores, família e comunidade.

O NAI foi destacado como uma possibilidade de inclusão, tanto pelos professores, quanto pela família do aluno com TEA. Porém, a fragmentação outrora indicada também passa pelo setor, já que não há uma interação entre os diversos agentes do processo de ensino e aprendizagem. Inexiste ainda uma equipe multidisciplinar para acompanhar, registrar, assistir e refletir conjuntamente sobre o percurso formativo do estudante com TEA.

Durante a pesquisa, observou-se que os professores e estudantes apresentam atitudes de acolhimento e empatia com o aluno com TEA. Isso possibilitou a transposição das barreiras, de modo a incluir em questões relacionadas e minimizar a carência de ações mais específicas.

A partir do diagnóstico da pesquisa, a cartilha foi apresentada como um caminho para perpassar as barreiras existentes, tendo em vista que a partir do diagnóstico junto a família, estudantes e servidores do IF Sudeste MG, *campus* Juiz de Fora, foram indicadas ações para possibilitar a inclusão de estudantes com TEA. Estas englobam normas e regulamentos específicos, legislação, material didático para consulta e informações importantes sobre o tema.

Conforme analisado no presente estudo, para que a inclusão efetivamente ocorra, é preciso perceber que cada estudante aprende num ritmo e de uma forma diferente. Assim, o professor, dentro da sua prática docente, precisará apresentar o seu conteúdo

sabendo que cada estudante é único e conhecendo as deficiências existentes, sejam elas físicas, intelectuais, visuais ou auditivas. Desse modo, ele conduzirá melhor os processos de ensino e aprendizagem, de forma a garantir que as especificidades de cada estudante sejam atendidas.

Referências

ASSOCIAÇÃO PSIQUIÁTRICA AMERICANA-APA. **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais: DSM-5**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014,948 p. Título original: Diagnostic and statistical manual of mental disorders.

BARBOSA, V. B. Processos de elaboração e implementação do Plano Educacional Individualizado na Educação Profissional e Técnica de Nível Médio. Dissertação ProfEPT, IF Sudeste MG, *campus* Rio Pomba, 2019.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 3ª reimp. da 1ª ed. São Paulo: Edições 70, 2011. 229p.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, 2008.

CAMARGO, B. V; JUSTO, A. M. **Tutorial para uso do software de análise textual IRAMUTEQ**. Laboratório de Psicologia Social da Comunicação e Cognição – LACCOS. Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil. 2013.

DSM-5. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais** [recurso eletrônico]. 5. ed. – Dados eletrônicos. – Porto Alegre: Artmed, 2014.

FACHIN, O. **Fundamentos de Metodologia**. São Paulo, 5º ed. Saraiva, 2005.

FADDA, G. M. e CURY, V.E. **O enigma do autismo: contribuições sobre a etiologia do transtorno**. Revista Psicologia em Estudo, Maringá, v. 21, n. 3, p. 411-423, jul./set.2016. Disponível em: <<http://ojs.uem.br/ojs/index.php/PsicolEstud/article/view/30709>>. Acesso em: 30 jun. 2019.

GLAT, R. **Educação Inclusiva: Cultura E Cotidiano Escolar**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007. Disponível em: <www.livrebooks.com.br/livros/educacao-inclusiva-cultura-e-cotidiano-escolar-rosana-glat-lidurs34uuwgc/baixar-ebook>. Acessado em: 20 de novembro 2018.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUDESTE DE MINAS GERAIS, IF SUDESTE MG. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)**, 2014/2 – 2019. Minas Gerais, setembro de 2014. Disponível em: <https://www.ifsudestemg.edu.br/sites/default/files/pdi_2014_2019_0.pdf>. Acesso em: 16 de nov. 2019.

(IFSUDESTE MG, 2021, página 6).

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. **Pesquisa em educação: Abordagens Qualitativas**. 11ª Edição. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária, 1986.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MEC/SECADI, 2008, página 2).

MOURA, D. H. **Educação Básica e Educação Profissional e Tecnológica: Dualidade histórica e perspectivas de integração**. 2007. Disponível em: <<http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/viewFile/11/110>>. Acesso em: 02 Dez. 2020.

OLIVEIRA, W. M. **Ações Inclusivas no âmbito do IF Sudeste MG: um processo em construção. Niterói, 2017**. Dissertação do Curso de Mestrado profissional em Diversidade e Inclusão da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.

PLETSCH, M.D.; GLAT, R. **A escolarização de alunos com deficiência intelectual: uma análise da aplicação do Plano de Desenvolvimento Educacional Individualizado**. Linhas Críticas, Brasília, DF, v. 18, n. 35, p. 193-208, jan.-abr. 2012.

PLETSCH, M.D. Repensando a inclusão escolar: diretrizes políticas, práticas curriculares e deficiência intelectual. 2 ed., rev. e ampl. Rio de Janeiro: NAU, 2014.

SAMPAIO, C T; SAMPAIO, SMR. **Educação inclusiva: o professor mediando para a vida.** Salvador: EDUFBA, 2009, 162 p. ISBN 978-85-232-0915-5. Disponível em:

<<https://static.scielo.org/scielobooks/3hs/pdf/sampaio-9788523209155.pdf>>. Acesso em 24 de novembro de 2018.

SILVA, K. J. L.; VINENTE. S. MATOS, M. A. S. O trabalho docente e os desafios da inclusão escolar de alunos com deficiência: um estudo em três escolas públicas da cidade de Manaus. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre Ensino Tecnológico.** n 3. Manaus, 2016.

STAUB, D.; PECK, C. A. **What Are the Outcomes for Nondisabled Students?** Educational Leadership, 52(4), 1995.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais.** Brasília: UNESCO, 1994.